

27/06/2024 10:15:27 - AGRO NEWS

ARTIGO/RODRIGO LIMA: A TAXAÇÃO DA PECUÁRIA É UMA SOLUÇÃO CLIMÁTICA?



Depois de intensas negociações entre o governo de centro-direta, representantes dos produtores, indústria, dentre outros atores, a Dinamarca acordou o que poderá se tornar a primeira taxa de carbono voltada para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEEs) na pecuária. Espera-se que até o fim do ano o Parlamento aprove a nova lei, que gerará a obrigação para os produtores rurais de pagar cerca de 43 dólares por tonelada de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq) em 2030, aumentando para 108 dólares em 2035. A taxa abrangerá a pecuária de corte, de leite e a produção de porcos. O acordo prevê outras medidas, como a restauração de florestas.

Na visão da primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, a taxa deve se tornar o caminho para reduzir emissões da pecuária na Europa e, quiçá, em outros países, e será essencial para a Dinamarca se tornar carbono neutro até 2050. Ainda, será a base para a transição da agropecuária dinamarquesa.

No universo da ciência climática, as emissões de metano e de óxido nítrico causam um impacto maior do que o dióxido de carbono, muito embora por um tempo muito menor. Isso significa que há um intenso debate metodológico sobre os impactos dos diferentes GEEs e quais opções de mitigação podem gerar resultados mais efetivos. Apesar disso, há que se reconhecer que é importante reduzir emissões desses gases. A questão é de que forma?

No Acordo de Paris, há 141 contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) que contêm ações no setor de agropecuária, o que sugere uma diversidade de ações que envolvem reduzir e remover emissões e promover adaptação.

Somente na América Latina, Argentina, Brasil, Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai consideram reduzir emissões da pecuária, por meio da recuperação e do manejo das pastagens, redução da idade de abate, dentre outras tecnologias.

A estratégia do Brasil, lastreada no Plano ABC+, considera uma série de tecnologias que permitem reduzir e remover emissões e fomentar a adaptação da pecuária. Recuperar pastagens, promover a integração de agricultura e pecuária, a ampliação da integração agricultura, pecuária e florestas, a terminação intensiva de animais e tratamento de resíduos da produção animal. Além

27/Jun/2024 13:07

disso, as pesquisas e desenvolvimento de produtos voltados para reduzir metano na alimentação de animais, com pastagem e suplementos é uma realidade que ganha espaço.

O debate sobre cobrar emissões de GEEs na agropecuária é caloroso. A Nova Zelândia estudava, até semanas atrás, criar uma taxa de carbono para os produtores agropecuários que deveria ser instituída até 2025. No entanto, no início de junho a ideia foi abandonada, e o enfoque do governo será incrementar a adoção de tecnologias que permitam reduzir emissões e aprimorar a eficiência da produção. Fomentar tecnologia e inovação no campo será o caminho.

A União Europeia estuda criar um mercado de carbono específico para a agropecuária. Quem teria metas de reduzir emissões seriam as empresas da agroindústria e não os produtores dentro da porteira. Esses adotariam tecnologias que permitem reduzir e remover emissões e gerariam créditos de carbono para os atores regulados. O formato desse mercado ainda está sendo intensamente debatido.

Na Conferência de Bonn (onde se negociam as decisões preliminares que são enviadas para as Conferências das Partes) realizada no início de junho, houve um consenso sobre como avançar com as negociações de agropecuária, o que deverá levar a uma decisão na COP29. Isso permitirá dar visibilidade para as ações de agropecuária, que serão registradas no Portal de Sharm El-Sheikh a partir de 2025.

Além disso, os países deverão submeter sugestões de indicadores de adaptação para a agropecuária, o que exige compreender as particularidades dos países e sistemas produtivos.

O desafio de reduzir emissões da agropecuária é evidente e prescinde da capacidade dos países de incentivarem a adoção de um rol de tecnologias. Encontrar meios para financiar essa evolução em escala global é a tônica do momento e espera-se evoluir neste sentido, o que depende, de forma mais ampla, da futura decisão da nova meta coletiva e quantificada de financiamento e da cooperação e parcerias dos atores privados.

A taxa de pecuária já chegou a ser aventada anos atrás no Brasil e foi descartada pois não seria o instrumento mais custo eficiente para reduzir emissões, além de gerar impactos socioeconômicos indesejáveis, inclusive de ponto de vista político, afinal, o preço da carne aumentaria! Recordo que naquele momento ficou comprovado que buscar a eficiência na produção era o melhor caminho a ser seguido.

Existem 39 iniciativas de taxa de carbono no mundo, notadamente voltadas para emissões no setor de energia. Taxar emissões pode ser atrativo para governos como forma de arrecadar dinheiro, mas assumindo que a descarbonização precisa promover formas custo eficientes de gerar redução de emissões e incentivar desenvolvimento, a mera imposição de taxas pode gerar resultados desastrosos.

A lógica de taxar o produtor para desestimular a produção, acabar com a produção ou reduzir abruptamente o uso de certos insumos como fertilizantes não parecem soluções alinhadas a Agenda 2030 das Nações Unidas. O desafio de estimular a implementação efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incluindo acabar com a fome, a pobreza e desigualdades e, em paralelo, enfrentar os desafios climáticos, depende muito mais da capacidade de produzir

mais, reduzir impactos e assegurar a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos.

Certamente a notícia da taxaço da pecuária na Dinamarca ainda deve gerar muitos debates até que seja formalmente aprovada pelo Parlamento. O novo custo tenderá a gerar impactos na produção e afetar inclusive as exportações de carne suína para outros países europeus e, especialmente, fora da Europa.

Em tempos de atualização das NDCs para que seja possível conhecer a nova ambição climática global de 2031 a 2035, é essencial refletir o que é mais efetivo para reduzir emissões na agropecuária: estimular a adoção de tecnologias, inovação contínua, ganhos de produtividade e a diversificação de alimentos em sintonia com práticas de mitigação e adaptação ou criar taxas que aumentem o preço dos alimentos, desestimulem a produção e gerem contribuições irrisórias para os desafios das mudanças do clima?

Produzir carne com baixa emissão de carbono ou até mesmo carbono neutro torna-se uma realidade no Brasil. O novo programa de recuperação de pastagens degradadas em elaboração pelo Ministério da Agricultura, permitirá canalizar financiamento, assistência técnica e acesso a tecnologias para aprimorar a pecuária e a agricultura, alinhadas com objetivos climáticos.

A COP30, no Brasil, será uma imensa oportunidade para debater e consolidar quais são os caminhos para gerar soluções da agropecuária na agenda climática. Quais são as soluções que permitem produzir mais, favorecer a adaptação dos sistemas produtivos aos impactos climáticos e, ainda, permitir reduzir emissões. Adaptação, mitigação e co-benefícios são os enfoques que devem pautar as ações dos países quando se trata de agropecuária.

Rodrigo C. A. Lima é sócio-diretor da Agroicone. Advogado, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui 20 anos de experiência em comércio internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no setor agropecuário e de energias renováveis

*Os artigos publicados no **Broadcast** expressam as opiniões e visões de seus autores*